

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – *CAMPUS* CACOAL  
Departamento do Curso de Direito

**Noções de direito constitucional de 6ª a 9ª série do ensino fundamental: uma  
questão de cidadania**

**Vanisa Durand Gonçalves**

Cacoal/ RO  
2008

VANISA DURAND GONÇALVES

**NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL DE 6ª A 9ª SÉRIE DO ENSINO  
FUNDAMENTAL: UMA QUESTÃO DE CIDADANIA**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Universidade Federal  
de Rondônia – *campus* Cacoal, como  
requisito parcial para obtenção do  
título de Bacharel em Direito, sob  
orientação do Professor Especialista  
Nilton Ladislau da Silva e Co-  
Orientação da Professora Especialista  
Maria Lindomar dos Santos.

Cacoal/ RO  
2008

---

GONÇALVES, V. D.

Noções de Direito Constitucional de 6ª a 9ª série do Ensino Fundamental: uma questão de cidadania.

Vanisa Durand Gonçalves – 2008

Vii, 64 f., enc.; 30 cm

Monografia – Fundação Universidade Federal de Rondônia –

*Campus* de Cacoal, 2008.

Bibliografia: f. 60 – 61.

I – Título

---

## **PARECER DE ADMISSIBILIDADE DO PROFESSOR ORIENTADOR**

A acadêmica **VANISA DURAND GONÇALVES**, desenvolveu o Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Jurídicas, sobre o tema: **Noções de Direito Constitucional de 6ª a 9ª série do Ensino Fundamental: uma questão de cidadania**, obedecendo aos critérios do Projeto de Monografia do Departamento de Direito da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, *Campus* de Cacoal/RO.

O acompanhamento foi efetivo por este Orientador e o desenvolvimento do trabalho observou os prazos fixados pelo Departamento de Direito.

Assim, a Acadêmica está apta à apresentação expositiva de sua Monografia junto à Banca Examinadora.

Cacoal/RO, 04 de Março de 2008.

**Professor Especialista Nilton Ladislau da Silva**  
Orientador

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR – *CAMPUS* CACOAL**  
**DEPARTAMENTO DO CURSO DE DIREITO**

A monografia intitulada **NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL DE 6ª A 9ª SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA QUESTÃO DE CIDADANIA**, elaborada por **Vanisa Durand Gonçalves**, foi avaliada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Direito tendo sido \_\_\_\_\_.

Silvério dos Santos Oliveira  
Chefe do Departamento do Curso de Direito

Nilton Ladislau da Silva  
Professor Especialista  
Orientador do projeto

Maria Lindomar dos Santos  
Professora Especialista  
Co-Orientadora do Projeto

Cacoal/RO

2008

VANISA DURAND GONÇALVES

**NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL DE 6ª A 9ª SÉRIE DO ENSINO  
FUNDAMENTAL: UMA QUESTÃO DE CIDADANIA**

AVALIADORES

Prof. Esp. Nilton Ladislau da Silva – UNIR	-	Nota
Prof. Mestre Julinda Silva - UNIR	-	Nota
Prof. Mestre José de Moraes - UNIR	-	Nota

9,4  
Média

Cacoal-RO

2008

Dedico este trabalho ao meu DEUS, Rei e Senhor absoluto da minha vida. Refúgio, abrigo, salvador, consolador, amigo. A TI, eterno DEUS, ofereço não apenas as linhas deste trabalho, mas tudo o que sou, tudo o que vier a ser.





Agradeço ao meu pai, Vanor, meu rei, que não se cansou de me esperar, acordado, retornar para casa todos os dias. A minha mãe, Marisa, amada rainha, que repetiu durante toda a minha carreira acadêmica a mesma pergunta: “Como foi sua aula hoje?”. Obrigada, porque sem saber, vocês me fizeram muito feliz ao encontrá-los em nosso castelo a cada retorno.

À professora Maria Lindomar que sem medir esforços leu, releu, corrigiu, grifou, alterou, opinou e acompanhou este trabalho. Mesmo que na Itália, mesmo que tão atarefada, tantas vezes por e-mail, ainda que no domingo. Minha gratidão aos seus cuidados.

“Eduque a criança no caminho em que deve andar, e até o fim da vida não se desviará dele.”

Provérbios 22:6

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>1. O SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO</b> .....	18
1.1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL .....	18
1.1.1 A LDB: avanços e ranços .....	23
<b>2. EDUCAÇÃO E DIREITO</b> .....	28
2.1 A ESCOLA COMO ESPAÇO PARA FORMAÇÃO DE CIDADÃOS .....	32
<b>3. A DEMOCRATIZAÇÃO DO DIREITO CONSTITUCIONAL NA FORMAÇÃO CIDADÃ DO ALUNO DE 6ª A 9ª SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL</b> .....	34
3.1 A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO DOS DIREITOS NA CONSTRUÇÃO DO CIDADÃO .....	39
3.2 POR QUE CONHECER OS DIREITOS CONSTITUCIONAIS NO ENSINO FUNDAMENTAL? .....	43
<b>4. AS VANTAGENS DA IMPLANTAÇÃO DO ENSINO DE DIREITO NAS ESCOLAS</b> .....	45
4.1 ONDE ESTA PROPOSTA JÁ É REALIDADE.....	47
4.2 AS DESVANTAGENS .....	56
<b>CONCLUSÃO</b> .....	56
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	60
<b>ANEXOS</b> .....	62

ANEXO A – EDITAL DO INSS.....	63
-------------------------------	----

## RESUMO

GONÇALVES, Vanisa Durand. **NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL DE 6ª A 9ª SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA QUESTÃO DE CIDADANIA**, 60 folhas, Trabalho de Conclusão do Curso de Direito. Fundação Universidade Federal de Rondônia – *Campus* de Cacoal. 2008.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), explorar o tema “**NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL DE 6ª A 9ª SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA QUESTÃO DE CIDADANIA**”, visão já existente de educadores e juristas. Esta monografia apresenta um estudo de todos os aspectos relacionados a noções de direito no currículo dos alunos do ensino fundamental. Fomenta sobre a importância de se ensinar direito na escola como requisito essencial no pleno desenvolvimento da pessoa para o exercício da sua cidadania. Faz uma apresentação dos pontos divergentes desse posicionamento polêmico. Mostra exemplos de onde essa visão já é aplicada. Por fim, trata da formação do caráter cidadão a partir dos ensinamentos básicos jurídicos.

**Palavras-Chaves:** Direito – Direito Constitucional – Escola - Cidadania

## **ABSTRACT**

GONÇALVES, Vanisa Durand. **CONCEPTS OF CONSTITUTIONAL RIGHT OF 6<sup>th</sup> until 9<sup>th</sup> GRADES OF FUNDAMENTAL EDUCATION: A QUESTION OF CITIZENSHIP**, 60 leaves, Job Completion of the course of Law. Foundation Federal University of Rondônia - Campus of Cacoal. 2008.

This paper Completion of Course (TCC), explored the theme "**CONCEPTS OF CONSTITUTIONAL RIGHT OF 6<sup>th</sup> the 9<sup>th</sup> GRADES OF FUNDAMENTAL EDUCATION: A QUESTION OF CITIZENSHIP**", existing vision of educators and lawyers. This monograph presents a study of all aspects related to notions of law in the curriculum of elementary school students. Spodbuja about the importance of teaching law at the school as a prerequisite in the full development of the person for the exercise of their citizenship. It makes a presentation of divergent points of this controversial position. It shows examples of where that vision is already applied. Finally, deals with the formation of character citizen from the basic teachings legal.

**Key words:** Law - Constitutional Law - School – Citizenship

## INTRODUÇÃO

As modernas teorias pedagógicas pregam que a escola deve, acima de tudo, preparar as pessoas para a vida, para o convívio em sociedade. Aprende-se a Língua Portuguesa porque ela é necessária para a comunicação, para o trabalho, para a identidade cultural. Aprende-se conceitos elementares de Matemática para gerenciar finanças pessoais, entender o sistema de preços da economia de mercado na qual todos estão inseridos. Da mesma forma, a Geografia ensina como é o meio em que se vive, as características do ambiente, a História mostra o nexo de causalidade entre os fatos históricos, ajudando a entender porque o mundo é do jeito que é, como prevê o artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases -LDB (Lei 9394/96).

Atualmente, os alunos aprendem sobre muitos assuntos, mas será que eles sabem o que pode e o que não pode fazer um policial quando aborda uma pessoa na rua? Quais impostos uma pessoa deve pagar e por quê, quais são seus direitos fundamentais, por que eles são chamados de “fundamentais” e como foram conquistados? É por essa razão que defende-se a inclusão do ensino do Direito Constitucional como disciplina no ensino básico, no currículo de 6ª a 9ª série do Ensino Fundamental, com grade curricular, aulas e professores próprios.

Em relação à bibliografia sobre o direito educacional propriamente dito, em que pesem algumas publicações esparsas, tem-se poucas obras específicas sobre a matéria. Aliás, a discussão dos juristas e educadores em relação ao direito educacional iniciou-se, em termos efetivos, em outubro de 1977, no 1º Seminário de Direito Educacional, realizado em Campinas. De lá pra cá, poucos escritores têm tido a audácia em escrever e publicar livros ou material nesta área. O que foi encontrado é ainda uma literatura tímida. Artigos, monografias na mesma área (Direito/Educação), textos publicados na internet, alguns livros também correlacionados na área Jurídico-educacional. Material pouco, mas suficiente para embasar a pesquisa .

Bom alhear que o embasamento primordial está inserido na Carta Magna e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96). Sob uma perspectiva estritamente jurídica, o ensino de Direito afigura-se como uma imposição legal. É que o artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) estabelece que a educação, dever da família e do Estado, “tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Ora, o conhecimento acerca do ordenamento jurídico – de seu modo de funcionamento e, principalmente, da forma de fazer uso dele – é condição inafastável para o alcance de todas as finalidades estipuladas pela LDB e principalmente pela finalidade objetivada pelo artigo 205 da CF/88.



# 1. O SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

## 1.1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

A dificuldade inicial para conceituar educação deve-se ao fato da existência de diferentes acepções de educação no processo histórico. Resultado, também, dos diferentes modos de conhecer, tais como vulgar, teológico, filosófico e, ainda, pelas ciências, tais como a psicologia, pedagogia, biologia, filosofia da educação, sociologia, direito, política etc.

Contudo, o conceito como uma idéia prévia, que se dirige à realidade, é necessário, muito embora não se tenha um conceito único de educação, tampouco de direito.

Sócrates (469-399 a.C.) <sup>[01]</sup> foi o primeiro filósofo a definir o problema do conflito entre a velha e a nova educação grega, entre interesse social e individual. "Ele tomou como ponto de partida o princípio básico da doutrina sofista: 'O homem é a medida de todas as coisas'. Se o homem é a medida de todas as coisas, conclui Sócrates, a primeira obrigação de todo homem é procurar conhecer-se a si mesmo."

Para Aristóteles (384-322 a.C.) <sup>[02]</sup>, outro grande filósofo grego, "a educação é importante porque prepara as pessoas para a vida e torna o indivíduo um homem bom, já que talvez não signifique a mesma coisa ser homem bom e um bom cidadão em todas as cidades".

Na primeira obra clássica sobre didática, *Didática magna*, de 1657, assim se expressa Comenius: <sup>[03]</sup>

---

1 JOAQUIM, Nelson. Educação à luz do Direito . **Jus Navigandi**, Teresina, ano 10, n. 1081, 17 jun. 2006. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8535>>. Acesso em: 23 fev. 2007. Apud PILETTI, Claudino & PILETTI, Nelson. *Filosofia e história da educação*, p. 637.

2 ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. 2. ed. Brasília : Editora UNB, 1992. V 1130b, p. 95.

3 COMENIUS, João Amós. *Didática magna*. Rio de Janeiro : Editora Rio, 1978. As principais idéias educacionais de Comenius estão contidas nessa obra clássica, completada em 1632 em língua checa, que foi traduzida para o latim e publicada em 1657. Comenius desenvolveu idéias avançadas

Educar prudentemente a juventude é procurar que sua alma se preserve da corrupção do mundo. É favorecer, com bons e contínuos conselhos e exemplos, a germinação das sementes e da honestidade, que já estão plantadas (...) E ainda: educar retamente a juventude não é enchê-la de palavras, frases, sentenças e opiniões tomadas dos outros, mas abrir sua inteligência às coisas para que dela brotem rios como de uma fonte viva, flores e frutos; e cada ano que passa tornem a germinar. <sup>[04]</sup>

Comenius acreditava, como Sócrates, que o homem só pecava por ignorância. Daí o ponto de partida de sua *Didática* ser "Conhece-te a ti mesmo". Ele defendeu a tese central de que a escola não é somente lugar de instrução, mas de educação.

A educação do homem em Locke <sup>[05]</sup> é uma educação para a razão. Ela deve antes ter por alvo o ambiente ou o grupo social a que o indivíduo pertence: não pode ser, segundo Locke, a educação de um indivíduo abstraído dos seus vínculos com a sociedade. Admite-se que o ler, o escrever e a cultura sejam necessários, mas não que sejam coisa mais importante. Creio que considerá-los muito estúpido quem não estimasse infinitamente mais um homem virtuoso do que um grande erudito. A educação deve capacitar o indivíduo a julgar e criticar as opiniões, os costumes, as superstições do ambiente a que pertence. Neste caso, a tarefa fundamental da educação é a de preparar o indivíduo a fazer prevalecer, nos seus comportamentos, as exigências da razão. <sup>[06]</sup>

Rousseau (1712-1778), com a sua obra clássica *Emílio ou da educação*, apresenta uma nova concepção de educação, baseada nas necessidades e interesses imediatos da criança. Segundo ele: "nascemos fracos, precisamos de

---

para a prática educativa nas escolas, numa época em que surgiam novidades no campo da filosofia e das ciências. Ele foi o primeiro educador a formular a idéia da difusão dos conhecimentos para todos e a criar princípios e regras do ensino.

4 *Ibidem.* p. 15

5 Os pensamentos de Locke sobre a educação têm como objetivo declarado o delinear o projeto da educação de um jovem pertencente a aristocracia inglesa.

6 JOAQUIM, Nelson. Apud ABBAGNANO, Nicola. *História da filosofia*. Lisboa : Presença, 1994. V. 6, p. 90.

força; nascemos estúpidos, precisamos de juízo. Tudo o que não temos ao nascer, e de que precisamos adultos, é-nos dado pela educação".<sup>[07]</sup>

Como se vê, os grande pensadores de distintos séculos concordam veementemente que a educação como base da formação do indivíduo é questão séria e indispensável para o pleno desenvolvimento de indivíduos conscientes de seu papel cidadão dentro de uma sociedade justa.

A Educação é também um dos fatores mais importantes no desenvolvimento de um país, pois é através da educação que se atinge melhores desempenhos, tanto em áreas como: saúde, tecnologia, e também em relação a melhorias no nível de renda, empregos e qualidade de vida para a população.

Definida a supremacia do verbete “educação”, passa-se a uma análise do seu desenvolvimento histórico do sistema educacional nacional.

A primeira grande ruptura travou-se com a chegada mesmo dos portugueses ao território do Novo Mundo. Os portugueses trouxeram um padrão de educação peculiar da Europa, o que não quer dizer que as populações que por aqui viviam já não possuíam características próprias de se fazer educação. Até o período republicano, não houve uma grande mudança no modelo educacional no Brasil.

Com a promulgação da Constituição de 1988, as LDBs anteriores foram consideradas obsoletas, mas apenas em 1996 o debate sobre a nova lei foi concluído.

A atual LDB (Lei 9394/96) foi sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e pelo ministro da educação Paulo Renato em 20 de dezembro de 1996. Baseada no princípio do direito universal à educação para todos, a LDB de 96 trouxe diversas mudanças em relação às leis anteriores, como a inclusão da educação infantil (creches e pré-escolas) como primeira etapa da educação básica. Eis algumas mudanças relevantes:

Gestão democrática do ensino público e progressiva autonomia pedagógica e

---

7 ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou da educação*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968. p. 10.

administrativa das unidades escolares (art. 3 e 15);

Ensino fundamental obrigatório e gratuito (art. 4);

Carga horária mínima de oitocentas horas distribuídas em duzentos dias na educação básica (art. 24);

Previsão de um núcleo comum para o currículo do ensino fundamental e médio e uma parte diversificada em função das peculiaridades locais (art. 26);

Formação de docentes para atuar na educação básica em curso de nível superior, sendo aceito para a educação infantil e as quatro primeiras séries do fundamental formação em curso Normal do ensino médio (art. 62);

Formação dos especialistas da educação em curso superior de pedagogia ou pós-graduação (art. 64);

A União deve gastar no mínimo 18% e os estados e municípios no mínimo 25% de seus respectivos orçamentos na manutenção e desenvolvimento do ensino público (art. 69);

Dinheiro público pode financiar escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas (art. 77);

Prevê a criação do Plano Nacional de Educação - o PNE (art. 87) e outras.

A situação da educação no Brasil apresentou melhorias significativas na última década do século XX: houve queda substancial da taxa de analfabetismo e, ao mesmo tempo, aumento regular da escolaridade média e da frequência escolar (taxa de escolarização). No entanto, a situação da educação no Brasil ainda não é satisfatória. A formação do aluno quanto à cidadania é insuficiente. A composição atual curricular, contudo, não é bastante para o pleno desenvolvimento da cidadania. Mas afinal de contas, o que é cidadania e que relação tem ela com a educação?

É possível deduzir, do texto constitucional, um conceito de educação, a partir de interpretação lógico-sistemática de diversos dos seus dispositivos: processo pluralista de ensino-pesquisa-aprendizagem, de responsabilidade do Estado, da família e da sociedade, tendo como objetivos o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (artigos 205 e 206).

Nesse sentido, a educação é direito social inafastável, instrumento indispensável para a própria formação plena da pessoa.<sup>[08]</sup> Sem educação, a personalidade não se mostra plena em seu conteúdo, ficando prejudicado no campo fático - mas também no campo jurídico<sup>[09]</sup> - o gozo de certos direitos subjetivos por aqueles que a ela não têm acesso.

O preparo para o exercício da cidadania é também fator de extrema importância para a integração social. A cidadania é fundamento da República (artigo 1º, inciso II da Constituição), e diz com a dimensão política do indivíduo - ou seja, o seu poder soberano de decidir os destinos da sociedade politicamente organizada, quer por meio de representantes eleitos, quer diretamente, através de plebiscitos, referendos e projetos de lei de iniciativa popular (art. 1º, parágrafo único, art. 44 e seguintes, art. 14 e art. 61, § 2º), o que é mesmo corolário do Estado Democrático de Direito em que se constitui a República Federativa do Brasil (art. 1º, *caput*) – sendo atributo do nacional em gozo dos direitos políticos.<sup>[10]</sup>

Cidadania<sup>[11]</sup> é, no dizer de Rocha<sup>12</sup> (1996, p. 116-117):

a liberdade expressa na vida política, na participação política: liberdade de escolher as formas de convivência política afinadas com objetivos que

---

8 Entendido pessoa aqui como sujeito de direitos e obrigações na ordem jurídica.

9 Exemplo é o exercício de certas profissões, em que a Constituição autoriza que a lei estabeleça qualificações necessárias a serem preenchidas, como condição de sua possibilidade (art. 5º, inciso XIII).

10 Os direitos políticos são classificados em ativos e passivos. Ativos são os atinentes ao direito de votar, de exercer a soberania por meio de representantes eleitos, de influenciar decisivamente a formação da vontade política do Estado; passivos são os atinentes ao direito de ser votado, de ser escolhido como representante da soberania popular no exercício de cargos político-eletivos. Somente o nacional pode, portanto, ser cidadão, nesse sentido técnico-jurídico de titular de direitos políticos (art. 14, § 2º - "Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos"; art. 14, § 3º, inciso I - "São condições de elegibilidade, na forma da lei: I - a nacionalidade brasileira"; art. 15, inciso I - "É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de: I - cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado").

11 O qualificativo de cidadão ainda habilita a propositura de ação popular, "que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência" (art. 5º, inciso LXXIII), sendo a prova da cidadania efetuada mediante apresentação, em juízo, do título de eleitor (art. 1º, § 3º da Lei nº 4.717, de 29/06/1965).

12 ROCHA, Cármen Lúcia Antunes. *República e Federação no Brasil*. Belo Horizonte: Del Rey, 1997. p. 116-7.

se elegem pelo grupo social; liberdade de participar dos governos e de manifestar-se sobre o desempenho dos governantes; liberdade de participar da escolha dos meios de condução dos negócios da cidade; liberdade de determinar-se segundo os seus interesses e aspirações, em benefício de sua própria realização e do benefício de todos e de, assim participando, decidirão seu presente e o seu futuro.

A educação é, portanto, indispensável instrumento de preparo para o exercício da cidadania, nos termos em que aqui colocada.<sup>[13]</sup> E cidadania se faz a partir de uma educação voltada para o entendimento pleno dos direitos e deveres. Portanto se faz lembrar que o ensino de Direito Constitucional no Ensino Fundamental possui inteiro respaldo na Constituição da República Federativa do Brasil, juntamente com a LDB.

#### 1.1.1 A LDB: Avanços e ranços

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB)<sup>[14]</sup> – Lei Darcy Ribeiro (Senador) – sancionada em dezembro de 1996, Lei 9.394 de 20/12/1996, publicada no Diário Oficial da União em 23/12/1996, seção I, introduziu idéias importantes que modificaram, facilitaram e inovaram as idéias na educação.

A LDB tem pontos importantes e garantias fundamentais, como considerar a avaliação, parte central da “organização da educação nacional”, tratar o professor como eixo central na qualidade de educação, garantir a autonomia pedagógica e

---

13 Exemplifique-se: sem educação, o indivíduo pode não ter conseguido se alfabetizar, ou, em outras palavras, ter se tornado analfabeto; nesse caso, além de menor condição de instrução política e discernimento para o exercício do direito político ativo do voto, da escolha dos seus representantes, ficará privado juridicamente do exercício dos direitos políticos passivos (art. 14, § 4º - "São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos").

14 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) define e regulariza o sistema de educação brasileiro com base nos princípios presentes na Constituição. Foi citada pela primeira vez na Constituição de 1934. A primeira LDB foi criada em 1961, seguida por uma versão em 1971, que vigorou até a promulgação da mais recente em 1996.

administrativa, bem como da gestão financeira, exigir a habilitação dos profissionais no nível superior, garantir o acesso à educação fundamental como direito de qualquer idade, defender a progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade da educação média, garantir o atendimento gratuito em creches e pré-escolas, ofertar educação para jovens e adultos e acesso ao 1º grau (ensino fundamental), garantir o acesso das crianças a escola, a gestão democrática da ênfase a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico, garantir o direito a educação e o dever de educar, com qualidade, entre outros.

Com todos esses avanços trazidos pela LDB em 1996, quase se chega ao ponto de esquecer o retrocessos trazidos pela mesma lei. A LDB com suas atualizações mostra que a ignorância da população interessa a elite. A lei possui pontos atuais e propostas inovadoras como já se viu no parágrafo anterior, mas ainda sim explica itens de forma antiquada, deveria a lei acompanhar os tempos, pois essa é a função da lei. Ela não faz referência alguma a informática educativa, o que nos dias atuais é um absurdo. No artigo 9 determina que a União deve elaborar o Plano Nacional de Educação, para haver estratégias comuns a todos os estados do país; estabelecimento das competências e diretrizes para a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos de modo a assegurar formação básica comum e de qualidade, até então, esse Plano Nacional de Educação está no Papel. A Lei é atrasada, mas não pode deixar de ser valorizada e precisa sim ser atualizada para incluir em seus artigos situações que permitam a unidades escolares se modernizarem e tornar os seus alunos cidadãos, e também profissionais nas áreas que escolherem atuar.

Pode-se dizer, tendo em vista o tema abordado neste trabalho científico que uma das principais falhas da LDB é não trazer um currículo que satisfaça as exigências da finalidade da educação tanto como garantia fundamental constitucional como também garantia assegurada pela própria LDB no seu artigo 2º.

No artigo de Lopes <sup>[15]</sup> - Competências na Organização Curricular da Reforma do Ensino Médio -, a autora explana de forma

---

15 Alice Casimiro Lopes concluiu o doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 1996. É Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Universidade do

bem clara a evolução da história curricular e a sua real finalidade:

Quando Ralph Tyler<sup>[16]</sup> publicou seu *Princípios Básicos de Currículo e Ensino*, em 1949, buscou associar princípios dos eficientistas sociais, tais como a centralidade nos objetivos, nos métodos e nos modelos de planejamento de currículos, com princípios do pensamento de Dewey<sup>[17]</sup>, tais como a centralidade nos alunos e a defesa do ensino por atividades. Assim Tyler definia como fontes para os objetivos os estudos sobre os alunos, sobre a vida contemporânea e sobre os conteúdos específicos. Essas fontes deveriam ser analisadas sob a ótica da filosofia e da psicologia. Concorro, entretanto, com Kliebard<sup>[18]</sup> quando afirma que Tyler recuperou sobretudo os princípios de Bobbitt,<sup>[19]</sup> a começar pela própria centralidade conferida aos objetivos em seu trabalho.

Na tradição teórica de Bobbitt, Charters e Tyler, em linhas gerais, havia em comum a estreita associação entre currículo e mundo produtivo, visando à eficiência do processo educacional, à adequação da educação aos interesses da sociedade e, conseqüentemente, ao controle do trabalho docente e à administração do trabalho escolar. Tais teorias interpretavam a escola a partir de princípios derivados do modelo de organização do mundo fabril. A idéia dominante é de que a escola poderia educar de maneira mais eficiente se reproduzisse os procedimentos de administração científica das fábricas (na época, o modelo taylorista-fordista) e se executasse um planejamento muito preciso dos objetivos a serem alcançados.

A prevalência dos objetivos, especialmente comportamentais, esteve intimamente relacionada a essa perspectiva. **A idéia, ainda muito presente no senso comum educacional de uma forma mais ampla, de que a qualidade do desenvolvimento**

---

Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Pro cientista nesta mesma instituição. Publicou 3 livros completos, vários artigos em periódicos especializados, dentre eles *Cadernos de Pesquisa*, *Educação e Sociedade*, *Educação e Realidade*, *Jornal of Curriculum and Pedagogy*, *Journal of the American Association for the Advancement of Curriculum Studies* e *Revista Brasileira de Educação*, além de ter várias publicações em capítulos de livros e em anais de eventos.

16 JOAQUIM, Nelson. Apud TYLER, Ralph. *Princípios básicos de currículo e ensino*. Porto Alegre: Globo, 1974

17 O filósofo John Dewey (1859-1952) tornou-se um dos maiores pedagogos americanos, contribuindo intensamente para a divulgação dos princípios que ele chamou de Escola Nova. Entre outras, escreveu, *Meu credo Pedagógico*, *A escola e a criança*, *Democracia e educação*. Estudou nas Universidades de Vermont e Johns Hopkins, recebeu nessa última, em 1884, o grau de doutor em filosofia.

18 JOAQUIM, Nelson. Apud KLIEBARD, Herbert. *Os princípios de Tyler*. In: Messick, R.; Paixão, L.; Bastos, L. (Org) *Currículo: análise e debate*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

19 *Idem*.



curricular, e da educação de uma forma geral, depende de uma definição precisa dos objetivos a serem implementados e, por conseguinte, do perfil de profissional, de cidadão ou de sujeito social que se pretende formar, deriva do pensamento de que o currículo existe para atender às finalidades sociais do modelo produtivo dominante (grifo meu). Tal perspectiva nega a possibilidade de que os fins educacionais sejam estabelecidos no desenvolvimento das atividades curriculares.

A autora do artigo defende que a elaboração do currículo deve estar intimamente ligada ao desenvolvimento do aluno, bem como aos fatores sociais, as necessidades comunitárias e as características próprias que o permeiam.

Caminhamos atualmente para uma sociedade capitalista totalmente consumista, mas direito do consumidor continua não sendo ensinado nas escolas. Em suma, é exatamente isto que a autora do texto diz. Não temos adaptado nossos currículos as nossas reais necessidades.

Desta forma, questiona-se a cerca da elaboração curricular nacional, excluindo do seu rol a Disciplina de Direito Constitucional, uma vez que a principal intenção do Ensino Fundamental é a formação Cidadã, segundo a Lei de Diretrizes e Bases.

No contexto educacional brasileiro, o poder público não priorizou políticas públicas, tampouco construiu uma ordem jurídica educacional homogênea e eficaz. O estudo desta nova proposta educacional tem dupla contribuição: a sistematização do direito constitucional educacional e, aperfeiçoamento profissional dos operadores do direito e educadores, para possível especialização em direito educacional.

No artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei 9.394 de 20/12/1996, como se vê, trata de três assuntos ao mesmo tempo: dever de educar, princípios inspiradores da educação e fins da educação, seguindo o elenco dos fins da educação, que assim se seqüenciam: “pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Esses chamados fins, são, na verdade, objetivos a serem atingidos pela educação nacional. Tanto são objetivos, que foram pinçados pelos autores da lei, do texto da Lei 5.692/71 do que dispõe o artigo 1º dessa reforma de 1971, que diz:

O ensino de 1º e 2º graus (ensino fundamental e médio) tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidade como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania.

A diferença entre fim e objetivo está em que o fim tem natureza filosófica e política, colocando-se sempre no horizonte das aspirações humanas, ao passo que o objetivo tem natureza administrativa e programática, situando-se em dimensões aritmeticamente avaliáveis de tempo, espaço e recursos envolvidos. Por exemplo: o respeito à dignidade e as liberdades fundamentais do homem está na ordem dos fins da educação; no entanto, o desenvolvimento das potencialidades do educando na sua qualificação para o trabalho e o seu preparo para o exercício da cidadania, ficam na ordem dos objetivos da escolaridade. É uma diferença bastante expressiva, que a nova lei não realça, como seria de se esperar.

De qualquer forma, essas três expressões, que se referem à auto-realização do educando e a sua formação para o trabalho e a cidadania, devem constituir-se na preocupação maior da educação formal, nos três níveis de ensino (fundamental, médio e superior). Não há como privilegiar uma das três linhas, em detrimento de outra. Todas devem presidir o esforço da escola para atender o educando, proporcionando o seu auto desenvolvimento como ser humano e instrumentando-o para o trabalho, que é o seu meio de sobrevivência, bem como, para o exercício da cidadania, que é o meio de sobrevivência da sociedade politicamente organizada.

O questionamento então é: se uma das principais finalidades da educação no país é formar cidadãos, como é possível atingi-la negligenciando o estudo da própria constituição aos educandos?

Enquanto houver uma omissão do estudo dos direitos básicos fundamentais aos educandos, o Plano Nacional de Educação não for seguido, flexível e muito menos considerar a importância do estudo de Direito na escola, nossa educação fundamental continuará gravemente comprometida.

## 2. EDUCAÇÃO E DIREITO

A concepção do direito, como nos ensina Rudolf Von Ihering<sup>[20]</sup>, é prática, resulta da vida social e da luta contínua como meio de realização do direito. Todavia, parece-nos que o direito é sobretudo um fenômeno histórico-cultural, no sentido de que se forma ao longo do tempo e sob a influência de fatores culturais, o que vale dizer que é mutável. A propósito, segundo Benjamim de Oliveira Filho:

A ciência jurídica é eminentemente social, pois o fenômeno jurídico se desenvolve na sociedade, tendo como condição de existência a vida social, que, por seu turno, não subsistiria, nem atingiria seus fins, sem o estabelecimento de normas de conduta, formadas em seu seio, dentre as quais sobrelevam as normas jurídicas, disciplinando a vida de relação entre os homens.<sup>[21]</sup>

É certo, como veremos a seguir, que não há um conceito unitário de ciência do direito, por depender sua conceituação de diferentes pressupostos filosóficos adotados pelos juristas. O direito, de certo modo, possui vários aspectos, conotações, acepções, sentidos, diferentes significados e critérios que, pelas limitações e objetivos deste trabalho, não serão aprofundados.

Uma noção elementar e provisória do direito, mas sobretudo consagrada pela prática do direito e pelo homem comum, considera que o direito é lei e ordem.

---

20 JOAQUIM, Nelson. Apud IHERING, Rudolf Von. *A luta pelo direito*. Rio de Janeiro : Editora Rio, 1978. p. 1.

21 JOAQUIM, Nelson. Apud KLIEBARD, Herbert. *Os princípios de Tyler*. In: Messick, R.; Paixão, L.; Bastos, L. (Org) *Currículo: análise e debate*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

Isto significa, nas palavras de Reale<sup>[22]</sup>, que direito é um conjunto de regras obrigatórias que garante a convivência social graças ao estabelecimento de limites à ação de cada um de seus membros. Assim sendo, quem age de conformidade com essas regras comporta-se direito; quem não o faz, age torto. Além disso, o direito, antes de tudo, consiste numa norma de conduta que, no processo histórico, se separou, assumindo características próprias. Apresenta-se o direito, como regra, disciplina do proceder humano, *norma agendi*, preceito e mandamento. Aliás, para Hegel<sup>[23]</sup>, o que o direito é em si afirma-se na sua existência objetiva. Ele é conhecido como o que, com justiça, é e vale: é a lei. Tal direito, neste caso, é o direito positivo em geral; o que é direito deve vir a ser lei para adquirir não só a forma de sua universalidade, mas também a sua verdadeira determinação. Vê-se, então, que o direito positivo é a lei, o direito objetivo, a normatividade jurídica, tal como estabelecida na sociedade e considerada em sua relação prática.

Todavia, nos limites deste capítulo, pretendemos tratar o direito como ciência jurídica. Quer seja como teoria ou na condição de teoria da norma. Ferraz Jr.<sup>[24]</sup>, na sua obra *A ciência do direito*, apresenta algumas considerações sobre as dificuldades preliminares na conceituação da ciência do direito. Igualmente Diniz<sup>[25]</sup> afirma que o termo ciência não é unívoco, porque há uma surpreendente pluralidade de concepções epistemológico-jurídicas que pretendem dar uma visão da ciência jurídica, cada qual sob um critério diferente. Kelsen<sup>[26]</sup>, a propósito, muito bem distingue direito e ciência do direito. No início do século XX, Hans Kelsen apresenta,

---

22 REALE, Miguel. *Lições preliminares do direito*. 3. ed. São Paulo : Saraiva, 1976. p. 73.

23 HEGEL, George Wilhelm Friedrich. *Princípios da filosofia do direito*. 4. ed. Lisboa : Guimarães, 1990. p. 195.

24 FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. *A ciência do direito*. São Paulo : EDUSP, 1977. (Coleção Universitária de Ciências Humanas, 4). Segundo ele: "O termo ciência não é unívoco; se é verdade que com ele designamos um tipo específico de conhecimento, não há, entretanto, um critério único que determine a extensão, a natureza e os caracteres deste conhecimento; os diferentes critérios têm fundamentos filosóficos que ultrapassam a prática científica, mesmo quando esta prática pretende ser ela própria usada como critério. (...) Embora haja certo acordo em classificar a Ciência do Direito entre as ciências humanas, surgem aí debates entre as diversas epistemologias jurídicas sobre a existência ou não de uma ciência exclusiva do Direito, havendo aqueles que preferem vê-la como uma simples técnica ou arte, tomando a ciência propriamente dita do Direito como uma parte da Sociologia, ou da Psicologia, ou da História, ou da Etnologia etc., ou de todas elas no seu conjunto." (*A ciência do direito*, *op. cit.*, p. 9).

25 DINIZ, Maria Helena. *Compêndio de introdução à ciência do direito*, *op. cit.*, p. 132.

26 Para Kelsen no uso corrente da linguagem é confundido o direito com a ciência jurídica. Ele distingue direito e ciência do direito. Este tem por missão conhecer – de fora, por assim dizer – o direito e descrevê-lo com base no seu conhecimento. Os órgãos jurídicos têm – como autoridade jurídica –, antes de tudo, por missão produzir o direito para que ele possa então ser conhecido e descrito pela ciência jurídica (sobre a cientificidade do conhecimento jurídico, consulte a obra *Teoria pura do direito*, p. 81-82).

na sua obra *Teoria Pura do Direito*, uma concepção de ciência jurídica com a qual se pretendia finalmente ter alcançado, no Direito, os ideais de toda a ciência: objetividade e exatidão. É com esses termos que o autor apresenta a primeira edição de sua obra mais conhecida. Para alcançar tais objetivos, Kelsen propõe uma depuração do objeto da ciência jurídica, como medida, inclusive, de garantir autonomia científica para a disciplina jurídica, que, segundo ele, vinha sendo deturpada pelos estudos sociológicos, políticos, psicológicos, filosóficos, etc. O plano da teoria Pura era, assim, atingir a autonomia disciplinar para a ciência jurídica.

Contudo, a concepção culturalista do direito advoga que a ciência jurídica é uma ciência cultural que estuda o direito, como objeto cultural, isto é, como uma realização do espírito humano, com um substrato e um sentido. A ciência do direito, para Miguel Reale, é uma ciência histórico-cultural e compreensivo-normativa, por ter por objeto a experiência social na medida, enquanto esta normativamente se desenvolve em função de fatos e valores para a realização ordenada da convivência humana. A respeito, Miguel Reale assim preleciona:

A Ciência do Direito, ou Jurisprudência – tomada esta palavra na sua acepção clássica – tem por objeto o fenômeno jurídico tal como ele se encontra historicamente realizado. (...) A Ciência do Direito estuda o fenômeno jurídico tal como ele se concretiza no espaço e no tempo, isto é, é sempre uma ciência de um Direito positivo, enquanto a Filosofia do Direito indaga das condições mediante as quais essa concretização é possível.

A escola histórica, como leciona Tércio Sampaio Ferraz Jr., teve o grande mérito de por a si a questão do caráter científico da ciência do direito. A expressão *juris scientia* é criação sua, como é seu empenho dar-lhe este caráter, mediante um método próprio de natureza histórica. Machado Neto<sup>[27]</sup> esclarece-nos, também, que a ciência do direito, igualmente denominada apenas direito, dogmática jurídica e jurisprudência, é a especial ciência cultural que constitui, por oposição à história do direito, à sociologia jurídica e à filosofia jurídica, a temática específica do jurista. É certo, também, que, não obstante o fato de a ciência jurídica não produzir normas,

---

27 JOAQUIM, Nelson. Apud MACHADO NETO, Antônio Luiz. *Compêndio de introdução à ciência do direito*. 3. ed. São Paulo : Saraiva, 1975. p. 16.

ela pode influir na evolução do direito, pois nada obsta que, através dos órgãos criadores e aplicadores do direito positivo, ou da elaboração de direito novo, as teses científicas passem do descritivo para o prescritivo. Pontes de Miranda<sup>[28]</sup> indagando-se o que é a ciência positiva do direito, responde:

A ciência positiva do direito é a sistematização dos conhecimentos positivos das relações sociais, como função do desenvolvimento geral das investigações científicas em todos os ramos do saber. É, pois, a cúpula da ciência (...). No direito, se queremos estudá-lo cientificamente como ramo positivo do conhecimento, quase todas as ciências são convocadas pelo cientista. A extrema complexidade dos fenômenos implica a diversidade do saber. As matemáticas, a geometria, a física e a química, a biologia, a geologia, a zoologia, a botânica, a climatologia, a astrologia e a etnografia, a pré-história em geral, a história, a sociologia, a economia política e tantas outras constituem mananciais em que o sábio da ciência jurídica bebe o que lhe é mister.

Nesse sentido, mas referindo-nos ao direito educacional como disciplina nova, afirmamos que tudo em relação à ciência do direito deve ser aplicado para tornar o direito educacional mais vinculado à dogmática jurídica e à prática processual. Tendo em consideração ser direito uma ciência, sabemos, é claro, que não seria ela suportável de forma densa a crianças e adolescentes. A proposta, no entanto é que, deixemos a parte minuciosa desta ciência para os bancos acadêmicos, e não descartemos o quinhoar das noções elementares desta ciência aos discentes do ensino fundamental.

Acrescentem-se os ensinamentos de Pontes de Miranda: "se queremos estudar cientificamente o direito como ramo positivo do conhecimento, quase todas as ciências devem ser convocadas pelo cientista". Neste caso, a ciência da educação deve ser convocada para se vincular à ciência jurídica, para efetiva sistematização e autonomia do direito educacional.

Miguel Reale afirma, ainda, com inegável clareza que:

---

28 MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. *Comentários ao Código de Processo Civil*. Rio de Janeiro : Forense; 1973. Tomo 1, Prólogo, p. xvi.

Direito significa tanto o ordenamento jurídico, ou seja o sistema de normas ou regras jurídicas que traça aos homens determinadas formas de comportamento, conferindo-lhes possibilidades de agir, como o tipo de ciência que o estuda, a Ciência do Direito ou Jurisprudência.

Afinal, se a função da escola é formar cidadãos, e se ser cidadão é, entre outras coisas, ter direitos e obrigações igualitariamente perante os outros, parece fundamental que o conhecimento sobre quais são os direitos e obrigações do cidadão seja efetivamente ensinado nas instituições de ensino básico.

## 2.1 A ESCOLA COMO ESPAÇO PARA FORMAÇÃO DE CIDADÃOS

A partir da Constituição de 1988, a democracia no Brasil toma fôlego com o processo de descentralização do poder. Os estados e municípios são atribuídos de maior autonomia e são repassadas algumas responsabilidades sociais e administrativas antes concentradas no poder federal.

Para os municípios foi transferida boa parte da responsabilidade da oferta e gestão dos serviços sociais e ampliado o poder decisório sobre a política regulatória e orçamentária. Isso pode ser verificado, concretamente, através da criação de procedimentos institucionais de participação, como os conselhos municipais, a iniciativa popular, as audiências públicas, a tribuna livre, etc., e em alguns casos, o orçamento participativo, que contribuem para consolidar a idéia de que só por meio da democracia participativa é possível buscar alternativas para remediar as limitações da democracia representativa.

Entretanto, a constituição dos espaços públicos através da implementação dos canais institucionais de participação por si só não vem demonstrando resultados substantivos, tanto no que diz respeito a ampliação efetiva da participação dos cidadãos quanto na sua capacidade de interlocução face ao poder público.

Portanto, não basta a implementação e execução dos procedimentos institucionais de participação se as pessoas não tiverem motivação e formação para participar da vida política; do mesmo modo não basta estarem incorporadas no mundo legal e institucional se não há mudança na postura diante da política.

A escola é um dos principais espaços para formação cultural do cidadão, embora não seja o único. Há espaços como a família, a igreja, a sociedade, a rua, os amigos, etc. Todavia a escola ainda é o principal foco de organização, sistematização e transmissão do conhecimento e o educador e o educando, os principais agentes nesse processo, ainda que dividam a tarefa de educar com outros núcleos sociais. A escola ainda precisa melhorar muito no que se refere ao processo de formação para a cidadania dos alunos. Lembrando que cidadania é um termo abrangente, tem sua consistência no que há de mais expressivo na pessoa que é o ser, o se tornar humano frente às dificuldades e aos desafios da vida. Nem sempre, a escola se torna esse espaço capaz de tornar os educandos verdadeiros cidadãos, porque se restringe apenas a ministrar conteúdos de pouca relevância para o crescimento moral, esquecendo-se de conteúdos primordiais como ensinar aos alunos a essência da sua própria constituição, assegurando a eles o direito de conhecer os seus direitos.



### **3. A DEMOCRATIZAÇÃO DO DIREITO CONSTITUCIONAL NA FORMAÇÃO CIDADÃ DO ALUNO DE 6ª A 9ª SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL**

É por seu papel construtivo que o Direito merece ser conhecido por todos. Não há dúvida de que seja ele, antes de tudo, uma construção social, mas também não se pode negar que, uma vez postas, as normas jurídicas conformam a realidade segundo as suas disposições – e essa conformação será tanto maior quanto mais freqüente for sua aceitação pelos seus destinatários, o que depende em grande medida do conhecimento a respeito dos direitos existentes e dos meios de acesso à Justiça. Inversamente, a massificação do conhecimento do Direito é a única forma de democratizá-lo, pois implica uma maior discussão sobre seus institutos, possibilitando, então, mais e mais, a introdução do anseio popular no seu seio e, em última análise, a sistematização de normas tendentes ao estabelecimento de uma verdadeira democracia.

O amor da democracia pela educação é um fato sabido de todos. A explicação é que um governo que se funda no sufrágio popular não pode ser eficiente se aqueles que o elegem e lhe obedecem não forem convenientemente educados. Nesse sentido, uma sociedade é democrática na proporção em que prepara todos os seus membros para com igualdade aquinhoarem de seus benefícios e em que assegura o maleável reajustamento de suas instituições por meio da interação das diversas formas da vida associada. Essa sociedade deve adotar um tipo de educação que proporcione aos indivíduos um interesse pessoal

nas relações e direção sociais, e hábitos de espírito que permitam mudanças sociais sem o ocasionamento de desordens.

O direito à educação inclui-se no elenco dos direitos humanos fundamentais, e encontra-se amparado por um quadro jurídico-constitucional que igualmente lhe assegura um sistema de garantias. É direito fundamental tanto porque traduz prerrogativa própria à condição humana, em face de sua dignidade, quanto por ser reconhecido e consagrado em instrumentos internacionais e Constituições Nacionais. O direito à educação comparece, em suas múltiplas facetas, enquadrado como uma realidade social e individual. Insuflado e robustecido por caracteres de índole coletiva, vislumbra-se o direito à educação com um conteúdo diversificado, envolvendo: o direito à instrução, como um processo de desenvolvimento individual; o direito a uma política educacional, ou seja, a um conjunto de intervenções juridicamente organizadas e executadas em termos de um processo de formação da sociedade, visando oferecer aos integrantes da comunidade social instrumentos a alcançar os seus fins. Nesse sentido, a orientação contida na Declaração de 10 de dezembro de 1948,<sup>[29]</sup> que concebe o direito à instrução na sua conotação clássica, individualista, sem deixar de lhe acoplar uma finalidade social: “Art. XXVI. 2 – A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz”.

Em verdade, a idéia da impositiva presença e efetivação do direito à educação nas sociedades politicamente organizadas vem vinculada, cada vez mais, à sua própria evolução, preordenada ao respeito à dignidade humana. Multiplicam-se, pois, os documentos que buscam servir de instrumento a sua garantia. Nesse diapasão, dentre outros, poderíamos enunciar: o Pacto Internacional relativo aos

---

29 Resolução ONU n.º 217 A (III), 10 de Dezembro de 1948. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Promulgada em 10 de dezembro de 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos surge como esforço da comunidade das nações em coibir o sofrimento das populações decorrente de lutas armadas e em preservar as liberdades individuais do cidadão.

Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966, a Convenção sobre os Direitos da Criança, aprovada em 8 de março de 1989, pela Comissão de Direitos Humanos da ONU, e a Declaração Mundial sobre Educação Para Todos, adotada na Conferência Mundial de 9 de março de 1990, na Tailândia, que reclama por uma renovação do compromisso com a educação; mais recentemente, a Declaração de Amsterdã (adotada na Conferência Mundial sobre o Direito à Educação, em 2004) e a Declaração de Jacarta (adotada pela UNESCO, em 2005), que tratam especificamente de direitos na educação, incluindo o seu financiamento público. Inobstante o extenso elenco de atos cercando a adoção e a aplicação dos princípios vetores da educação, constata-se, ainda, uma acentuada fragilidade na adequada operacionalidade desse direito, deficiência que reclama um especial debruçar sobre o tema, notadamente sob a perspectiva da função promocional do Direito. Com efeito, no caso brasileiro, a pesquisa sistemática da organização jurídica do ensino brasileiro constitui um campo pouco explorado pelo Direito. Não há, na área jurídica, estudos que permitam avaliar o impacto da legislação na implantação de políticas públicas de educação. Na área educacional, estudos recentes sugerem que o Direito, na relação educação-sociedade-Estado, foi mais utilizado como técnica de formalização do que como instrumento de racionalidade que poderia contribuir à meta da efetivação da educação, o que também tem possibilitado a preservação, na política e na prática educacionais, as características centralizadoras do federalismo brasileiro.

O Direito é assim tomado em sua tradicional formulação liberal (o ordenamento jurídico é uma ordem na qual a validade das normas está baseada em estruturas hierárquicas, de caráter sistêmico, lógico e coerente, capaz de gerar segurança e certeza), sem que garanta, contudo, a funcionalidade de suas normas. Nessa abordagem tampouco é concebido o como expressão cultural e função de uma dada sociedade, recepcionando e sancionando os valores materiais que esta lhe oferece e que, incorporados ao direito positivo, atuam como valores jurídicos submetidos à dinâmica própria das regras do Direito.

Em outras palavras, o Direito apenas serviu para organizar as normas educacionais, mas foi esquecido quando deveria fazer parte no conteúdo dessas normas e ser então obrigatório a disseminação e democratização aos educandos.

A democratização da educação realiza o direito de todos à educação, constituindo a sua universalidade e cuja garantia reside no direito ao ensino ou à educação formal pela via escolar, sem prejuízo do direito à educação informal, atributo peculiar dos pais, em paralelo com o da manutenção dos filhos, com direito ao auxílio e cooperação do Estado (Cf. arts. 36º, nº 3 e 5, 67º, nº 2/c) e 68º 1). Tal garantia comporta a futura realização profissional e a participação na vida cívica do país.

Ao garantir o direito de todos à educação ressalva-se que essa educação deva ser de qualidade e tem objetivo a ser alcançado, qual seja, o pleno desenvolvimento do indivíduo para o exercício da cidadania. Então o que está em jogo não é apenas o de assegurar que todos tenham o direito à escola, mas é o de que nos bancos escolares sejam ministrados conteúdos capazes de contribuir com a formação cidadã de quem lá está.

Ao se iniciar os estudos das ciências jurídicas, conhecer a fundo o Direito como uno, necessário e essencial somente uma certeza começa a existir: a da necessidade de que todo indivíduo tem de conhecer seus direitos e então exigir e gozá-los, para que se torne um cidadão de fato. Acredita-se que com a democratização do Direito, com a facilitação ao acesso das informações jurídicas elementares, haveria uma contribuição substancial para uma melhor formação de cidadãos. Nesse sentido, é oportuno destacar uma recomendação da comissão internacional sobre educação para o século XXI, contidas no relatório para a UNESCO<sup>30</sup>:

Se a educação tem um papel determinante na luta contra a exclusão dos que, por razões sócio-econômicas ou culturais, se encontram marginalizados nas sociedades contemporâneas, parece ter um papel ainda maior na inserção das minorias na sociedade. As normas jurídicas relativas ao estudo das minorias já existem e aguardam aplicação, mas o problema é mais de psicologia social do que legal. Para alterar as atitudes coletivas em relação à autoridade, devia haver um esforço educativo conjunto do Estado e da sociedade civil, dos meios de comunicação

social e das comunidades religiosas, da família e das associações, mas também – e antes de tudo – das escolas.

A cidadania é um processo de emancipação do indivíduo, o qual é integrado e passa a ser partícipe da comunidade dos iguais. Essa cidadania não é um dado pronto mas um contínuo desafio ao *status quo*. Sabemos que essa igualdade é formal e não contempla a todos. A igualdade que a cidadania pretende é a igualdade material, real.

É histórico no Brasil que o poder público não cumpra de maneira satisfatória a prestação educacional eficiente para a formação cidadã, apesar do texto constitucional declarar que a educação é direito de todos e deixar clara sua objetividade. Acrescente-se que o não oferecimento ou o oferecimento irregular da prestação educacional é uma dívida histórico do poder público, que importa responsabilidade do Estado. Deveria o Estado rever sua grade curricular. Pois torna-se extremamente indispensável a Disciplina de Direito Constitucional uma vez que é objetivo do estado preparar o educando para o exercício da cidadania e para a sua qualificação profissional. Veja o texto da constituição e o da LDB:

Art. 205, CF/88 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 2º, LDB – A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Daí, como sustentam os renomados juristas já mencionados, é necessário o reconhecimento no texto constitucional do direito público subjetivo à educação

constitucional e a existência de garantias, de sanções, de remédios judiciais adequados e eficazes, para que se cobre do estado essa tutela.

Todas essas questões no processo educacional brasileiro, e as longas discussões que engendraram, finalmente foram consolidadas na Constituição de 1988. O texto é claro. Tanto na doutrina, quanto na legislação, especialmente na atual Constituição, a educação finalmente é direito público subjetivo, dever do estado e tem por finalidade a formação cidadã e a negligência por parte do poder público na prestação do serviço de qualidade deveria importar em crime de responsabilidade. É possível chegar-se apenas a um denominador comum: não se forma cidadão sem ensinar-lhes seus direitos e seus deveres.

### 3.1 A IMPORTÂNCIA DO ORDENAMENTO JURÍDICO NA CONSTRUÇÃO DO CIDADÃO

Todas as pessoas, antes mesmo de nascerem, estão sujeitas ao poder do Estado. E, ao longo da vida, dessa sujeição não se pode escapar: saindo de um país, automaticamente se sujeita às leis vigentes no outro. Isso sem falar das normas internacionais, cada vez mais comuns. A obediência a uma ordem legal estatal é, portanto, algo que acompanha o ser humano desde o início de sua vida. E sua importância só tende a aumentar, principalmente na idade adulta. Para que esse poder soberano não se transforme em tirania, como nos prova a história, é fundamental que todos os cidadãos participem da gestão do Estado. E, para que essa participação possa ser possível, é necessário, ao menos, o conhecimento básico sobre o funcionamento do aparato estatal, sobre a elaboração de leis, o que confere sua legitimidade, e por que devemos obedecê-las.

O Professor Polimeno<sup>[31]</sup> Valente, estudioso da área, tem uma opinião categórica sobre a importância do estudo de Direito na Construção do Cidadão:

Hoje em dia, qualquer aluno de uma escola particular de ensino médio egressa da instituição sabendo fazer uma complexa conta de logaritmo. Mas será que ele sabe o que pode e o que não pode fazer um policial quando aborda uma pessoa na rua? Quais impostos uma pessoa deve pagar e por quê, quais são os seus direitos fundamentais, por que eles são chamados de “fundamentais” e como eles foram conquistados? A diferença entre a função do deputado, senador, ministro e presidente, o que é obrigação do prefeito e o que é obrigação do governador? Será que o aluno sabe que não socorrer uma pessoa em necessidade é crime? Acredito que não. E talvez eu até esteja enganado, mas me parece que essas coisas sejam mais importantes para a vida de uma pessoa do que o domínio pleno daquela operação matemática.

O destaque à importância da matéria, contudo, não deve ser interpretada necessariamente como uma defesa a uma nova disciplina no ensino básico, com currículo, aulas e professores próprios. Tal conteúdo, de suma importância, como se disse acima, poderia permear melhor todas as já existentes disciplinas da educação básica, por meio dos chamados Temas Transversais. Estes, aliás, já tratam, ainda que superficialmente, do assunto, principalmente no módulo Ética. Mas ainda há dois problemas com relação a essa abordagem dos temas transversais. O primeiro, diz respeito à superficialidade com que o assunto Direito é tratado, não dando a importância merecida. Já o segundo, à sensação de facultatividade que tais temas deixam transparecer, como se fossem complementos supérfluos ao currículo obrigatório da escola – diga-se de passagem aquele que é cobrado no vestibular.

Todos ouvem falar a todo momento em Direitos, Leis, na Constituição Federal, em Ordem Pública. Geralmente, relacionamos também ao Governo - o Presidente, o Governador, o direito ao voto.

---

31 VALENTE, Sergio Ruy David. É advogado formado pela Universidade de São Paulo - USP e editor do site [www.conteudoescola.com.br](http://www.conteudoescola.com.br). Escritor do texto “Ensino de Direito nas Escolas” publicado neste site.

Mas não é só isso, o que é esse Direito? Todos por sua natureza estão dentro de uma sociedade, vivendo em busca de quê? De melhores condições para a vida, tendo uma moradia, segurança, uma escola, saúde, lazer, trabalho, família estruturada, um meio ambiente saudável, acesso à Justiça, para que possam viver com dignidade e respeito.

Aos direitos que cabem a todas as pessoas, em qualquer lugar, país, independente de raça ou condição social, chamam-se Direitos Fundamentais e Direitos Sociais e eles estão assegurados pela Constituição da República Federativa do Brasil.

Então, todos tem direitos a muitas coisas, em todos os lugares, os direitos vão desde casa, junto a família, passando pelo colégio, a vizinhança, o bairro, cidade, país e pelo mundo.

Os governantes e a sociedade, o que inclui cada indivíduo, devem estar unidos, somando forças para fazer entender que a base para aceitação e cumprimento das normas, está realmente na divulgação de que com o resultado todas as pessoas estarão favorecidas. O que faz renascer a esperança de que ainda podemos construir uma sociedade melhor.

É com a educação das crianças que conseguir-se-á atingir este objetivo para o futuro, a cada dia da formação delas, de cada geração dependerá o sucesso ou o fracasso dos fundamentos deste trabalho.

Mas não basta dizer que tem-se direito a isso, aquilo, a tudo. Para que o processo funcione dentro da sociedade é necessário impor modos de comportamento, regulamentar os direitos que vão gerar obrigações.

Deixar todo mundo fazer o que quer, quando quer, levaria a um verdadeiro caos social e uns acabariam achando que são mais importantes do que os outros, ou que o desejo de um por algo é melhor e deve ser realizado e o do outro não. Sabe-se que deve existir um equilíbrio, gerado pelas leis, pelos princípios que as regem e que de nada serviriam se não houvesse o descumprimento.

Por isso, assim como tem-se direitos, tem-se também obrigações. A maior destas obrigações é fazer cumprir e respeitar os direitos, uns dos outros.

O bem que faze-se aos outros, estará sendo feito a si mesmo.



Quando descumpre-se uma lei, mesmo as leis que não estão escritas, como as leis de civilidade, sempre se estará sujeito as penalidades que são impostas, nos casos mais graves, pode-se ser processado, cumprir pena nas cadeias públicas e sofrer também com a discriminação de todos.

As pessoas que não cumprem as normas correm o risco de por isso mesmo não serem respeitadas, serem excluídas, tornam-se indesejáveis.

Como sublima Milton Santos, "a cidadania, sem dúvida, se aprende". Tanto assim que a Constituição Federal, no artigo 205, estabelece que a educação — direito de todos e dever do Estado e da família — deve visar o pleno desenvolvimento da pessoa humana, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, que é também, como viu-se, uma das várias dimensões da idéia-força da cidadania. Ela se amplia na medida em que se afirma como prática social, para além dos textos legais.

O jurista e filósofo do direito Pontes de Miranda, que em 1933 publicou uma obra de tema inédito na área de sociologia jurídica com o título *Direito à educação*, sustenta, neste livro, a importância da escola única e de todos – a escola que o povo deve exigir. Inicia, também, a luta pelo direito público subjetivo à educação. Propõe, ainda, que a política e o direito reconheçam os novos direitos do homem: direito à subsistência; direito ao trabalho; direito à educação; direito à assistência; e o direito ao ideal. Sendo todos esse “direitos” instruídos através da disciplina de Direito.

Os juristas inseridos no contexto educacional e os educadores inseridos no contexto jurídico, percebem a existência de relações jurídico-pedagógicas. A propósito, a educadora e jurista Esther de Figueiredo Ferraz,<sup>[27]</sup> ao discorrer sobre educação e direito, no 1º Seminário de Direito Educacional, realizado em Campinas em outubro de 1977, esclareceu que "todos nós que colaboramos na área da Educação e do Direito sentimos a necessidade de juntar esses dois elementos porque percebemos perfeitamente que a Educação é uma área que deva ser cultivada também pelo Direito".

Acrescente-se, também, que essas afirmações não estão muito distantes da proposta do saudoso e brilhante jurista San Tiago Dantas, apresentada na aula

inaugural dos cursos da Faculdade Nacional de Direito em 1955, com o título “Educação jurídica e a crise brasileira”:

Pela educação jurídica é que uma sociedade assegura o predomínio dos valores éticos perenes na conduta dos indivíduos e sobretudo dos órgãos do poder público. Pela educação jurídica é que a vida social consegue ordenar-se segundo uma hierarquia de valores, em que a posição suprema compete àqueles que dão à vida humana sentido e finalidade. Pela educação jurídica é que se imprime no comportamento social os hábitos, as relações espontâneas, os elementos coativos, que orientam as atividades de todos para as grandes aspirações comuns...<sup>[32]</sup>

Da mesma forma que as demais ciências humanas contribuem para as diferentes acepções de educação, assim também o direito tem todas as condições de contribuir para a educação.

A proposta tem a finalidade de suprir a falta de conhecimento sobre as bases do Direito Constitucional existente em nossa sociedade. Entendemos que o conhecimento das leis vai propiciar às pessoas uma participação política e administrativa mais efetiva na elaboração de um Estado democrático.

### 3.2 POR QUE CONHECER OS DIREITOS CONSTITUCIONAIS NO ENSINO FUNDAMENTAL?

A iniciação do Estudo do Direito Constitucional enquanto disciplina é recomendada aos alunos do Ensino Fundamental. Isso tendo em vista alguns fatores que serão expostos adiante. Todavia, é bom ressaltar que: a iniciação enquanto disciplina é assegurada aos alunos do ensino fundamental, o que não quer dizer que não pode (e deve) ser estudada, ainda no ensino fundamental de 1ª a 5ª série. As crianças de 6 a 10 anos conseguem assimilar conceitos de direito,

---

32 JOAQUIM, Nelson. Apud DANTAS, San Tiago. *Palavras de um professor*. São Paulo : Forense, 1975. p. 79.

cidadania, sociedade, erro e acerto. Mas crê-se que é, a partir dos 11 anos que elas já estejam maduras pra receber, assimilar, discutir e questionar o direito como ciência estudada em sala de aula.

Além da maturidade, pode-se alegar que para a ministração de tal disciplina, seria necessário um professor habilitado na área, a saber, um profissional licenciado na área de direito. Entra-se aí em uma nova problemática. Onde encontrar professor licenciado na área de direito? A reorganização das grades curriculares dos cursos de direito, inserindo-se disciplinas metodológicas e didáticas, possibilitariam a licenciatura desses acadêmicos e novos profissionais. O que não se pode admitir e o que temos visto é a existência de disciplinas tais como: Ensino Religioso, Filosofia, Sociologia, Arte, e até mesmo Língua Inglesa, não sendo ministradas pelos devidos profissionais especializados na área. Não quer-se com essa monografia, propor a existência de mais uma disciplina sem profissional na área. O intuito é que haja, pela importância já mostrada em todo este trabalho, esta disciplina, contudo com profissional habilitado, capacitado e obviamente concursado para o cargo.

O Ensino da disciplina de Direito Constitucional também é defendido ao Ensino Fundamental porque nesta idade, a criança na fase pré-adolescente está desenvolvendo seus sentidos críticos. Onde é capaz de se perceber como sujeito de direitos (e deveres). Nada mais apropriado do que permitir a este indivíduo o estudo conciso das leis e das noções de ordem social, para, então, ter o poder do exercício de seu papel social de cidadão. Daí em diante, a compreensão sobre o funcionamento da sociedade em que vive e sua função nela, bem como a crítica sobre esse funcionamento, ocorrem de maneira mais natural e interessante para o aluno, que se identifica com o conteúdo transmitido.

Claro que esse estudo não pode parar quando o aluno atingir o Ensino Médio. Muito pelo contrário. Ele já terá discernimento para entender outros setores e aprofundar-se nos estudos jurídicos, tudo devidamente adaptado para sua idade e capacidade cognitiva. Entretanto, atem-se esse trabalho ao Ensino de Direito Constitucional no Ensino Fundamental.

#### **4. AS VANTAGENS DA IMPLEMENTAÇÃO DE NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL NAS ESCOLAS**

A escola é o melhor lugar para ensinar os direitos e deveres dos cidadãos e o respeito ao bem comum e à ordem democrática. "Onde mais difundir esses valores se não ensinando a Constituição nas escolas?". As crianças são, atualmente as grandes responsáveis pelo crescimento do mercado de consumo?<sup>33</sup> As nossas escolas estão preparando-as para este mercado?

A Disciplina Noções de Direito, por seu turno, embora nova em alguns lugares que já optaram por sua implementação, exige a elaboração e o agrupamento dos conteúdos ministráveis para ser apresentado e vinculado como matéria curricular. É certo, também, que a constituição dispersa-se em vários planos do ordenamento jurídico brasileiro: está em nível constitucional, eleitoral, consumidor, civil, criminal, trabalhista, etc. É necessário, portanto, reunir o disperso, isto é, sistematizar o conteúdo de direito constitucional do ponto de vista normativo e teórico, para facilitar a aplicação desta disciplina.

---

33 Artigo: Baixinhos na mira – o mercado é deles! Disponível no endereço: [http://www.administradores.com.br/artigos/baixinhos\\_na\\_mira\\_o\\_mercado\\_e\\_deles/12135/](http://www.administradores.com.br/artigos/baixinhos_na_mira_o_mercado_e_deles/12135/) Autora: Zarinha (Maria do Rosário Martins da Silva) – Mestre em Marketing, Professora dos cursos de Graduação e Pós-graduação do Centro Universitário do Leste de Minas Gerais – UnilesteMG e FIC/DOCTUM (Caratinga). Consultora Externa do SEBRAE-MG.

Como observa Edivaldo Machado Boaventura<sup>[34]</sup>, a definição de direito educacional, com o propósito de pensar juridicamente à educação, também, privilegia o processo ensino-aprendizagem como núcleo, central gerador, das relações jus-educacionais. Dessa maneira, o processo ensino-aprendizagem está para o direito educacional como a relação de emprego caracteriza o direito do trabalho. Nesta mesma linha de raciocínio, mas referindo-se à necessidade da ciência do direito educacional interceder para a superação da fase legislativa educacional, ressalta o referido autor:

O Direito Educacional, como disciplina nova que é, não pode ser visto é estudado tão somente dentro dos limites da legislação. Muito ao contrário, deve ser tratado à luz das diretrizes que lastreiam a educação e os princípios que informam todo o ordenamento jurídico. Tanto no caso das relações de trabalho como nos relacionamentos da educação, legislação seria apenas um corpo sem alma, continua Sussekind, uma coleção de leis esparsas e não um sistema jurídico dotado de unidade doutrinária e precisos objetivos, o que contraria uma inquestionável realidade.

Destaca, ainda, que José Augusto Peres empreende um diversificado esforço de conceituação do direito educacional como norma, conjunto de leis, ramo da ciência jurídica, para, no final dessa cadeia de conceitos, colocar o seguinte:

Na realidade, o que pode e deve ser ressaltado, ao se falar introdutoriamente do Direito Educacional, é que o mesmo é um ramo especial do Direito; compreende um já alentado conjunto de normas de diferentes hierarquias; diz respeito, bem proximamente, ao Estado, ao educador e ao educando; lida com o fato educacional e com os demais fatos a ele relacionados; rege as atividades no campo do ensino e/ou aprendizagem de particulares e no poder público, de pessoas físicas e jurídicas, de entidades públicas e privadas.<sup>[35]</sup>

---

34 BOAVENTURA, Edivaldo Machado. *Um ensaio de sistematização do direito educacional*. Revista de Informação Legislativa, Senado Federal, Brasília, v. 33, n. 131, jul.-set. p. 46.

35 *op. cit.*, p. 30-31.

O direito educacional, para Filho<sup>[36]</sup>, pode ser entendido como:

Um conjunto de técnicas, regras e instrumentos jurídicos sistematizados que objetivam disciplinar o comportamento humano relacionado à educação. Impondo-se como matéria curricular e como disciplina autônoma, o direito educacional distinguir-se-á inteiramente de outras disciplinas pois envolverá o estudo e o ensino de relações e doutrinas com as quais nunca se havia preocupado o direito tradicional em qualquer dos seus ramos.

Para o renomado professor, se é verdade que há, inegavelmente, uma constituição nacional e uma legislação educacional, juntamente com um sistema educacional já implantado, não há o porquê da omissão do ensino desse ordenamento jurídico sistematizado já nas cadeiras do ensino fundamental. A propósito, esta sistematização é também o pensamento de Miguel Reale, que, em relação às diversas disciplinas dentro das ciências jurídicas, diz ser necessário estudá-las no seu conjunto unitário, pois nenhuma delas têm sentido isoladamente, independentemente das demais. Essa é a razão da Escolha do Direito Constitucional que abrange as demais linhas limítrofes do direito.

No caso brasileiro, a principal fonte do direito é a lei. A palavra lei pode significar tanto a norma geral emanada do Poder Legislativo, como qualquer norma de direito escrito, desde a Constituição até um decreto regulamentar ou mesmo decreto individualizado. A forma escrita é a manifestação mais característica da lei.

O conhecimento encontrado na Carta Maior é fundamental o bastante para a busca de uma melhoria das condições de vida da população. Histórica e contemporaneamente a sociedade tem sido privada das condições mínimas de uma existência com dignidade, principalmente por não ter acesso ao conhecimento de seus direitos e deveres enquanto cidadãos brasileiros.

---

36 JOAQUIM, Nelson. Apud MELO FILHO, Álvaro. Direito educacional: aspectos teóricos e práticos. *Mensagem*, Revista do Conselho de Educação do Ceará, Fortaleza, n. 8 (nº especial sobre direito educacional), 1982-1983. p. 54.

Pretendemos com isso estabelecer a consolidação de um Estado efetivamente democrático e participativo, que prime por uma profunda integração social entre os cidadãos e a organização estadual, a partir do estudo de noções elementares dos direitos constitucionais.

#### 4.1 ONDE ESTA PROPOSTA JÁ É REALIDADE

Em muitos lugares do país a proposta de estudar Direito na Escola já é uma realidade. Em algumas instituições, os conceitos de direito vêm sendo aplicados e inseridos em outras disciplinas. Esta é a forma defendida pelos seguidores da LDB. Eles alegam que não há espaço para mais uma disciplina e que esse entendimento jurídico como cidadania, por exemplo, cabe e deve ser ensinado em todas as disciplinas, além de já o ser nos temas transversais. A LDB, no seu artigo 26 e §§ diz:

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

§ 1º. Os currículos a que se refere o caput devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

§ 2º. O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.

§ 3º. A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é

componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos.

§ 4º. O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia.

§ 5º. Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição.

O currículo do Ensino Fundamental é formada por uma base nacional comum e por uma outra parte denominada de parte diversificada. É nesta parte que poderia ser inserida a Disciplina de Direito Constitucional.

Enquanto a disciplina não é efetivada, muitos estados brasileiros já criaram estratégias criativas e diversificadas para que essas noções de Direito sejam aplicadas aos discentes. Observa-se a integração de noções de Direito do Consumidor em escolas do Sul, conforme demonstra a matéria do artigo “Direitos do Consumidor para Crianças”<sup>[37]</sup> que pode ser encontrado em endereço eletrônico:

No Rio Grande do Sul, escolas estão ensinando os Direitos do Consumidor na linguagem que as crianças aprendem rapidinho. Depois da teoria, elas vão às compras para testar como a lei funciona na prática.

A aula que era de Ciências deu lugar a um assunto diferente. Maria Eugênia, aluna de uma dessas escolas, sabe qual é a importância da nota fiscal: "Para o consumidor trocar o produto se ele estiver com defeito", diz.

---

37 APPEL, Renata. Revisão e Edição. Artigo: Direitos do Consumidor para crianças. Transmido no dia 30/05/2006 - Jornal Hoje – Globo. Matéria publicada no endereço eletrônico [http://www.consumidor-rs.com.br/index.php?p=cont\\_int&p1=boletim&txt\\_codigo=8711](http://www.consumidor-rs.com.br/index.php?p=cont_int&p1=boletim&txt_codigo=8711) Acessada em 20 de outubro de 2007, às 15:00h.



Escolas públicas e particulares do Rio Grande do Sul estão adotando como livro didático uma versão do Código de Defesa do Consumidor para crianças. Produtos estragados, prazos de validade, quantidades e informações nas embalagens viram assuntos de debate para os alunos. Os pequenos aprendem as vantagens de estar atentos a detalhes que, normalmente, só preocupam gente grande.

O objetivo desse projeto é fazer com que as crianças dominem direitos e deveres que mesmo muitos adultos desconhecem. E nada melhor para isso que uma visita a um lugar que elas adoram: o shopping.

E quando se tem olhos - e desejos - de criança, esse é um mundo no qual tudo chama a atenção. Por isso, a palestra com a advogada Eunice Dias que adaptou o código para a linguagem infantil, ensina em primeiro lugar a controlar impulsos. "Comprar só por comprar é dinheiro posto fora", afirma.

Depois, os conceitos básicos do Código são explicados na prática. O que são fornecedores, serviços, garantias. No que o consumidor deve prestar atenção, antes de fazer uma compra.

"Ensinar Direito do Consumidor para adultos é complicado porque as pessoas têm vícios, tem manias. Então entendemos que a melhor forma é preparar uma geração futura", explicou a advogada.

No final, as crianças não estão apenas mais exigentes. Também se sentem mais responsáveis pelas próprias escolhas. "Vocês são pequenos consumidores, mas conscientes", diz a advogada. "E temos direitos também", fala um garotinho, com convicção."

No Estado de São Paulo, também foi apresentado um Projeto Lei à Assembléia Legislativa. Atenta-se para o teor desta iniciativa:

Projeto de lei 374 /2007

Ementa Obriga a inclusão da disciplina de Introdução ao Estudo do Direito no currículo escolar da rede pública estadual. Regime Tramitação Urgência.

Indexação CURRÍCULO, CURRÍCULO ESCOLAR, DISCIPLINA,  
EDUCAÇÃO, ESCOLA, INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO

Autor(es) Alex Manente

Situação Atual

Pareceres

Nº Legislativo Resultado Resumo Relator Comissão Ver 1 1888 / 2007 favorável  
favorável Davi Zaia Comissão de Constituição e Justiça 1 1889 / 2007 favorável  
favorável José Bruno Comissão de Educação, Comissão de Finanças e Orçamento.

#### PROJETO DE LEI Nº 374, DE 2007

Dispõe sobre a obrigatoriedade no ensino médio da rede pública estadual, a  
matéria de Introdução ao Estudo do Direito.

#### A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º – Fica obrigatória a inclusão no currículo escolar da rede pública estadual  
a disciplina de Introdução ao Estudo do Direito.

Art. 2º – A disciplina deverá ser aplicada no 2º (segundo) ano do Ensino Médio,  
sendo obrigatória e eliminatória.

Art. 3º – O conteúdo programático da disciplina será estipulado pela Secretaria da  
Educação do Estado de São Paulo, seguindo a seguinte diretriz:

I- Noções básicas de Justiça e Cidadania;

II- Noções básicas de Teoria Geral do Estado;

III- Noções básicas de Hermenêutica da Lei;

IV- Noções básicas de Direitos do Consumidor;

Art. 4º – O Poder Executivo regulamentará esta Lei.

Art. 5º – As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das  
dotações orçamentárias existentes, suplementadas se necessárias.

Art. 6º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24/4/2007

#### Justificativa

O grande déficit educacional e cultural que assola a juventude brasileira,  
possui uma série de reflexos negativos que prejudicam sobremaneira o  
desenvolvimento de nosso país.

A falta de formação educacional adequada gera o aumento de problemas de saúde pública, aumento de desemprego, gravidez indesejada, e, um desrespeito acentuado no exercício de direitos fundamentais, sendo o jovem deseducado um alvo fácil para o consumo de drogas que naturalmente o levarão para a criminalidade.

A deseducação de nossos jovens os levam a uma certa alienação em relação a sua condição de cidadão, ou seja, os jovens desconhecem os seus direitos de consumidor, de acesso a justiça, de cobrar seu representante eleito, de cobrar o Estado pela aplicação correta dos tributos recolhidos.

O jovem não pode ficar fadado ao desconhecimento de noções de cidadania, o que o imobiliza socialmente levando-o ao fracasso pessoal. As noções de cidadania, se não advindas do convívio familiar ou social, somente virão através do aprendizado do uso e aplicação do Direito em suas diversas formas.

Por este fato, acredito que incluir noções básicas de Direito através de disciplina de Introdução ao seu estudo, possa ajudar a conscientizar os jovens e adolescentes de seus direitos e deveres, contribuindo sobremaneira na formação de um caráter de cidadania, essencial para o desenvolvimento de nosso país.

Dessa maneira julgando ser matéria importante, exponho para a apreciação dos Nobres Pares, pedindo seu apoio e aprovação, para que seja incluída a disciplina de Introdução ao Estudo do Direito no currículo escolar do ensino médio da rede pública estadual.

Sala das Sessões, em 24/4/2007

Alex Manente - PPS

Entretanto, tal Projeto de Lei foi Vetado. Observa-se a justificativa do veto.

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 374, DE 2007

Mensagem nº 136/07 do Sr. Governador do Estado

São Paulo, 11 de outubro de 2007

Senhor Presidente

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência, para os devidos fins, que, nos termos do artigo 28, § 1º, combinado com o artigo 47, inciso IV, da Constituição do Estado, resolvo vetar, totalmente, o Projeto de lei nº 374, de 2007, aprovado por essa nobre Assembléia, conforme Autógrafo nº 27.303.

De iniciativa parlamentar, a proposição torna obrigatória a inclusão, no currículo escolar do ensino médio da rede pública estadual, da disciplina Introdução ao Estudo do Direito, e dá providências correlatas.

Embora reconheça os louváveis intuítos que nortearam o legislador local, não posso, todavia, dar assentimento à proposta, pelas razões a seguir enunciadas.

Na verdade, a Constituição Federal, proclamando o cunho nacional da educação, outorga, em caráter privativo, à União, de acordo com a partilha constitucional de competências, a atribuição de definir as diretrizes e bases a serem observadas pelos sistemas de ensino, em todos os seus níveis e modalidades (artigo 22, inciso XXIV). E no exercício de tal competência constitucional, aquele ente maior editou a Lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A propósito, a Secretaria da Educação, manifestando-se contrariamente ao projeto, esclareceu que não cabe ao Estado incluir disciplina no currículo, pois em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, regulamentada pelas Resoluções CEB nº 2/98 e nº 3/98, do Conselho Nacional de Educação, é de competência deste órgão definir as disciplinas do currículo escolar. Esclareceu, ainda, que noções básicas de Justiça, Cidadania, Estado e Direito são desenvolvidas de forma transversal e interdisciplinar em diversas disciplinas e, mais especificamente, na área de ciências humanas (geografia, história, psicologia, sociologia e filosofia).

Por conseguinte, ao pretender determinar a integração de um componente curricular definido nos cursos de ensino médio, o legislador interfere nas atribuições conferidas às escolas, no que concerne à elaboração e execução da proposta educacional, com reflexos sobre sua autonomia pedagógica, cujo substrato encontra-se na própria Constituição Federal, que em seu artigo 22, inciso XXIV, legitima a edição, pela União, das normas nacionais de educação, consolidadas na

Lei nº 9.394, de 26 de dezembro de 1996. É forçoso concluir, pois, que o projeto se mostra em descompasso com os preceitos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de nítida extração constitucional, revelando-se, portanto, inconstitucional a medida nele contida. Não por outras razões, ao Projeto de lei nº 855, de 1999, de conteúdo semelhante ao deste, foi necessário opor veto total, afinal mantido em recente sessão de 5 de junho de 2007, ocasião em que essa nobre Casa reconheceu a procedência dos argumentos então apresentados.

Expostos os motivos que fundamentam a impugnação que oponho ao Projeto de lei nº 374, de 2007, devolvo o assunto ao reexame dessa ilustre Assembléia. Reitero a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.

José Serra

GOVERNADOR DO ESTADO

A Sua Excelência o Senhor Deputado Waldir Agnello, 1º Vice-Presidente no exercício da Presidência da Assembléia Legislativa

Também em São Paulo, alunos da PUC – Pontifícia Universidade Católica elaboraram o projeto “Direito na Escola”<sup>[38]</sup>, que é uma ramificação do Projeto inicial “BÊ-a-Bá.” “O Bê-a-Bá do Cidadão é, antes de tudo, um grupo de pessoas comprometidas em fazer da educação para a cidadania uma prática mais presente no cotidiano brasileiro.

O Bê-a-Bá surgiu como projeto de estudantes de direito da PUC-SP em 1998 com objetivo de divulgar informações jurídicas num formato de cartilhas, distribuídas em associações de moradores de bairros periféricos, escolas públicas e outros centros. De lá para 2005, muita coisa mudou: várias pessoas passaram pelo Bê-a-Bá, deixando suas marcas, propondo novas idéias e novos projetos. A experiência de distribuição de cartilhas informativas sobre direitos básicos do cidadão, apesar de bem sucedida, se mostrou insuficiente; era preciso criar um modelo de comunicação mais eficaz, mais prolongado, aos moldes de um curso educativo. Nasceu o projeto “Direito na Escola.” Adotou-se a pedagogia de Paulo Freire, utilizando-se a *educação participativa* como metodologia para as aulas formatadas.

Em 2004, o Bê-a-Bá do Cidadão se tornou uma associação sem fins lucrativos, desvinculando-se da Universidade. O Bê-a-Bá adotou como missão a educação escolar para a cidadania, com objetivo de ajudar a desenvolver a autonomia e a consciência cidadã do aluno. Tendo a experiência do Direito na Escola, viu-se que a possibilidade do acesso à informação jurídica é apenas um lado da educação para a cidadania: este lado deverá ser conjugado com outros, informados pelo próprio currículo escolar, de maneira a se construir uma educação integral do ser humano para a vida em sociedade.

Por isso, hoje, o Direito na Escola é o carro-chefe da Associação Bê-a-Bá do Cidadão, tendo dois formatos: três e seis meses, para escolas públicas e particulares.”

No Mato Grosso, o Procon propõe o ensino dos direitos do consumidor nas escolas do Estado. Com o Projeto “Procon vai à Escola”<sup>[39]</sup>, o Procon-MT já promove diversas palestras no Estado orientando crianças, jovens e adultos quanto aos direitos e deveres dos consumidores. A proposta agora é levar esta orientação pras salas de aula e a implantação da Lei Estadual nº 6.760 de 21 de março de 1996, que tornou “obrigatória a inclusão do ensino dos direitos do consumidor no currículo das escolas públicas privadas de 1º e 2º graus do Estado de Mato Grosso” (Art. 1º), é uma alternativa. Ainda de acordo com a Lei, o Conselho Estadual de Educação, a Delegacia do Consumidor (Decon) e o Procon seriam responsáveis pela elaboração do programa curricular básico, que pode ser aplicado isoladamente ou inserida em outra disciplina.

Rondônia não ficou de fora da proposta de inovação. A Seccional de Rondônia da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) encaminhou à Assembléia Legislativa do Estado anteprojeto com a proposta de regulamentação da inclusão do ensino do Direito no currículo escolar do ensino fundamental e médio das redes pública e particular estaduais. A disciplina deveria ser ministrada nos dois últimos

---

39 Projeto “Procon vai à escola”  
[http://www.secom.mt.gov.br/conteudo.php?pageNum\\_Outras=953&sid=13&cid=26425&parent=13&totalRows\\_Outras=19105](http://www.secom.mt.gov.br/conteudo.php?pageNum_Outras=953&sid=13&cid=26425&parent=13&totalRows_Outras=19105)

anos do ensino fundamental e nos três do ensino médio, conforme o projeto que foi aprovado por unanimidade pelos conselheiros estaduais da OAB-RO.

O autor da proposta e secretário-geral da Seccional, David Pinto Castiel, explicou que a matéria será apresentada como anteprojeto durante audiência pública na Assembléia Legislativa estadual, em data a ser agendada. A OAB-RO espera que a Assembléia ou o Poder Executivo adote a matéria para que possa ser apreciada e discutida em sessão ordinária. Se aprovado o projeto, o governo terá três anos, a partir da entrada em vigor da lei, para concluir a implantação da disciplina no ensino fundamental e mais quatro anos para implantação no ensino médio. Castiel destacou a importância da matéria lembrando que o cidadão só exige respeito e consideração à sua cidadania quando tem consciência dela. Com a retirada da disciplina Educação Moral e Cívica da grade curricular das escolas, abriu-se uma lacuna na formação da criança e do adolescente. O presidente da OAB de Rondônia, Hélio Vieira, saudou a iniciativa e afirmou que, por meio do projeto, a Ordem dá uma importante contribuição para a formação das futuras gerações.

É bom destacar que no edital do Concurso Público do Instituto Nacional de Seguridade Social foi cobrado para o cargo de nível médio (ensino médio), noções de Organização e Princípios Constitucionais. Na parte de anexo deste trabalho, encontra-se um pequeno fragmento deste edital que comprova o que fora afirmado. Outros editais poderia também ser citados, onde essa cobrança já é uma realidade, mesmo não existindo o ensino regular de noções de Direito Constitucional nas escolas.

#### 4.2 AS DESVANTAGENS

Após exaustivo estudo do tema abordado neste trabalho científico, não se chegou a denominadores negativos expressivos para a implementação do Ensino de Noções de Direito Constitucional nas séries de 6ª a 9ª do Ensino Fundamental. Não

se vê o porquê da não existência desta disciplina, da sua não aplicação. Muito pelo contrário, o que observou-se até aqui é que a resistência a essa idéia apenas prejudica a formação dos discentes do ensino nacional, retarda o avanço na educação e priva a transformação social, cultural, econômica e cidadã dos alunos do ensino fundamental.

O que poderia ser abordado como ponto negativo é a dificuldade burocrática que permeia nosso sistema educacional. A inclusão dessa disciplina é competência exclusiva do Conselho Nacional de Educação. Somente ele tem a legalidade para definir as disciplinas do currículo escolar, o que teria que ser feito por intermédio de uma Lei ou emenda que modificasse a atual LDB.

Em entrevista cedida no dia nove de março do presente ano, o Secretário Estadual de Educação, Senhor Ednaldo Lustosa emitiu sua opinião a respeito do assunto deste trabalho. O Secretário disse que concorda que a idéia seja boa e que o ensino de direito é importante. Mas crê também que a sua implementação é totalmente inviável. Alegou sobre o peso nos cofres do Estado ao adotar-se mais uma disciplina, uma vez que seria inevitável a contratação de no mínimo mais 500 advogados para suprir as 402 escolas do Estado de Rondônia. Relatou sobre a indignação da categoria que se sentiu ofendida quando a proposta foi apresentada em Assembléia Legislativa. Os educadores do Estado sentiram-se ameaçados pela Ordem dos Advogados que queria que esses profissionais adentrassem às salas de aula. Relatou uma pergunta que os educadores fizeram aos advogados, questionando-os se os professores teriam também o direito de peticionar. No ponto de vista da entrevistadora e autora deste trabalho científico, a preocupação e posicionamento do Senhor Lustosa é em partes coerente e legítimo, mas em outro extremo, é totalmente rixoso e passional. Pensou-se na classe, pensou-se na estrutura, pensou-se nos cofres públicos e mais uma vez o aluno esteve excluído do centro dos pensamentos.

No sábado dia primeiro de março, em visita ao município de Pimenta Bueno, o Governador Ivo Cassol concedeu uma entrevista. Veja a sua resposta ao ser questionado se concordaria ou não com a implementação de direito na grade curricular.



letivos.

Claro, eu sou a favor de tudo aquilo que vem melhorar ainda mais a oportunidade que os alunos têm de saber ainda mais. Então, tudo aquilo que vem engrandecer o dia a dia e o futuro deles, por que não ser implementado? A única dificuldade que teríamos é a de agregar mais uma hora de estudo dentro de um ano letivo que já está fechado com 200 dias. Ao meu ver, a dificuldade é só em cima disto. Mais creio que chegará um dia, no nosso Brasil, que o estudo não será de meio período, mas integral. Aí sim, teremos como implementar o ensino de direito.

Tanto o Governador do Estado de Rondônia Ivo Cassol como o Secretário de Educação não disseram nada de surpreendente. Afirmaram, ambos, mais uma vez a importância vital do ensino de Direito para formação cidadão assegurada pela constituição. Mas de forma realista enumeraram as dificuldades burocráticas para a concretização desta formação completa. Cumprir a lei, nem sempre é fácil. A falta de vontade política anelada ao comodismo frente a um cenário que se arrasta há anos são os principais fatores para que a estagnação da educação perdure pela linha do tempo.

## **CONCLUSÃO**

De acordo com a lei de introdução ao código civil, ninguém pode alegar o desconhecimento da lei para o não cumprimento de obrigações em relação aos seus atos. Se levarmos em consideração a realidade brasileira são poucas as pessoas que de fato tem noção do que significa o direito e o modo como ele funciona, as noções de direito são em regra conhecidas apenas na faculdade seja no curso de direito ou outro qualquer, porém o jovem que cursa o ensino fundamental deveria ter também uma noção daquilo que está ao seu alcance. O código civil alega que o sujeito de dezesseis anos é parcialmente capaz podendo assim realizar ações muito

restritas, será que este jovem de dezesseis anos sabe disso? As crianças são, atualmente as grandes responsáveis pelo crescimento do mercado de consumo? As nossas escolas estão preparando-as para este mercado?

Com este trabalho científico, mostrou-se que o ensino básico de noções de direito constitucional no ensino fundamental é importantíssimo para o pleno desenvolvimento do exercício da cidadania. Desenvolvimento este assegurado pela Constituição Federal em seu artigo 205, bem como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. O estudo de direito na escola daria aos alunos do ensino fundamental, uma visão uma visão mais ampla de como funciona as coisas que o cercam em seu dia-dia. Da mesma maneira que qualquer um pode detectar quando alguém está com febre mesmo sem ser médico, qualquer um poderia saber aquilo o que a lei permite que seja feito de acordo com as suas características (capaz, parcialmente capaz, incapaz,

É claro que o advogado não perderia o seu espaço de profissional do direito pois há regras que autorizam apenas ao advogado exercer tal ação, mesmo que as pessoas vejam o direito a partir do ensino fundamental não poderiam exercer a advocacia sem seu registro de advogado mantendo assim acesa a área de atuação do advogado.

Viu-se também que a escola é o espaço ideal para a disseminação dos conhecimentos de noções de direito, uma vez que é neste espaço em que o indivíduo forma seu senso crítico. A idade do ensino fundamental também seria a mais indicada. O trabalho exposto deixa claro a importância da democratização dos ensinamentos jurídicos, mas não se esquece de que a criação de uma nova disciplina é de competência exclusiva da União. Podendo ser opcional aos estados membros a inclusão desta disciplina na parte diversificada, abertura esta estabelecida pela LDB. Observou-se também as vantagens do estudo de Direito e viu-se também, de forma desértica o rol de desvantagens da implementação de direito. E é importante salientar que muitos estados e cidades brasileiras, ainda que de forma tímida, estão adotando formas criativas e inovadoras para se ensinar direito na escola.

Em função da análise empreendida até aqui, é possível afirmar que o currículo de nossas escolas é apresentado de uma perspectiva não-crítica da educação. Continua claro no texto da Carta Magna que remete ao Estado a responsabilidade/dever de dar educação a todos. Não uma educação sem qualidade, mas amarra o texto constitucional a um objetivo, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Desta forma, questionou-se a urgência da implementação de uma disciplina autônoma, qual seja: Noções de Direito Constitucional.

Enfim, o desenvolvimento desse novo ramo do saber jurídico é um terreno fértil para os jovens pesquisadores, por seu caráter inovador, Interdisciplinar e pela contribuição para a prática jus pedagógica. Cabe, então, aos educadores, gestores educacionais, profissionais envolvidos na formação de docentes e na capacitação para educação à distância, profissionais do direito, poder público, instituições de ensino e as demais instituições do terceiro setor, comprometidas com a educação, participarem e contribuir efetivamente para a aplicação do Direito Educacional, como instrumento de transformação e inclusão social na área educacional.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Antônio Carlos Rodrigues do. **Educação, Direito e Justiça e Ação Para a Cidadania** - < <http://www.hottopos.com/harvard1/editony.htm> > *President, Harvard Law School Association of Brazil*. Professor de Direito Constitucional da Universidade Mackenzie. *Master of Laws* pela *Harvard Law School*. Mestre em Filosofia e História da Educação, com distinção, pela FEUSP. Pós-graduado em tributação internacional e comparada, com a distinção de excelência, pelo *Harvard University International Tax Program*.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Cidadania: Do Direito aos Direitos Humanos**. São Paulo: Acadêmica, 1993.

Associação Educacional de Cacoal. **Manual de Metodologia da Pesquisa:** AEC, 2006.

BARUFFI, Helder. **Metodologia da Pesquisa: manual para elaboração da monografia.** 3ªed. Rev. E atual. Dourados: Hbedit, 2002.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Constitucional.** 19 ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

CANOTILHO, J. J Gomes; MOREIRA, Vital. **Fundamentos da Constituição.** Coimbra: Coimbra Editora, 1994.

CASTILHO, Ricardo. **Direito nas escolas: construção de pessoas e de uma sociedade democrática.**

<<http://www.partes.com.br/educacao/direitonasescolas.asp>> publicado em 15/11/2007. Em 15 de dezembro de 2007.

JOAQUIM, Nelson. **Educação à luz do Direito.** Jus Navigandi, Teresina, ano 10, n. 1081, 17 jun. 2006. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8535>>. Acesso em 23 de fevereiro 2007.

JUNKES, Maria Bernadete/ SANTOS, Maria Lindomar dos. **Trabalhos Acadêmicos: A Facilidade em desenvolvê-los.** Rolim de Moura/RO: D`press Editora & Gráfica Ltda-ME, 2007.

KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito.** [Tradução João Machado]. – 6ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado.** 8ª. ed. São Paulo: Editora Método. 2006.

LYRA FILHO, Roberto. **Por que estudar Direito, hoje?** Brasília: Edições Nair Ltda., 1984.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional.** 19ª ed., São Paulo: Atlas, 2000.

MONTEIRO, Maurício Gentil. **Regime jurídico-constitucional da educação.** Jus Navigandi. Disponível em: < <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6039> >. Acesso em 21 de Janeiro de 2008.

ROCHA, Cármen Lúcia Antunes. **República e Federação no Brasil.** Belo Horizonte: Del Rey, 1997. p. 116-7.

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de. **Como entender e aplicar a nova LDB: lei nº 9.394/96.** 6ª reimpr. Da 1ª ed. de 1997. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

ZERNERI, Márcio Barbosa. **Ensino Jurídico: análise e perspectivas para um modelo atual: lições de ética e cidadania.** Londrina: UEL, 1998.



## ANEXOS

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NOS CARGOS DE ANALISTA DO SEGURO SOCIAL E DE TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS) -, nos termos da Portaria MPOG n.º 354, de 5 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União (DOU) n.º 213, de 6 de novembro de 2007, retificada no DOU n.º 215, de 8 de novembro de 2007, com base na Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, na Lei n.º 10.355, de 26 de dezembro de 2001, na Lei n.º 10.855, de 1º de abril de 2004 e na Lei n.º 11.501, de 11 de julho de 2007, torna pública a realização de concurso público para provimento de vagas nos cargos de **Analista do Seguro Social e de Técnico do Seguro Social do Quadro Permanente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)**, mediante as condições estabelecidas neste edital.

## 2.2 TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL (NÍVEL MÉDIO)

### CARGO 18: TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL

**REQUISITO:** certificado de conclusão de curso de nível médio (antigo segundo grau) ou curso técnico equivalente, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC).

#### 13.2.1.6 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL:

1 Seguridade Social. 1.1 Origem e evolução legislativa no Brasil. 1.2 Conceituação. 1.3 Organização e princípios constitucionais. 2 Legislação Previdenciária. 2.1 Conteúdo, fontes, autonomia. 2.3 Aplicação das normas previdenciárias. 2.3.1 Vigência, hierarquia, interpretação e integração. 2.4 Orientação dos Tribunais Superiores. 3 Regime Geral de Previdência Social. 3.1 Segurados obrigatórios, 3.2 Filiação e inscrição. 3.3 Conceito, características e abrangência: empregado, empregado doméstico, contribuinte individual, trabalhador avulso e segurado especial. 3.4 Segurado facultativo: conceito, características, filiação e inscrição. 3.5 Trabalhadores excluídos do Regime Geral. 4 Empresa e empregador doméstico: conceito previdenciário. 5 Financiamento da Seguridade Social. 5.1 Receitas da União. 5.2 Receitas das contribuições sociais: dos segurados, das empresas, do empregador doméstico, do produtor rural, do clube de futebol profissional, sobre a receita de concursos de prognósticos, receitas de outras fontes. 5.3 Salário-de-contribuição. 5.3.1 Conceito. 5.3.2 Parcelas integrantes e parcelas não-integrantes. 5.3.3 Limites mínimo e máximo. 5.3.4 Salário-base: enquadramento, fracionamento, progressão e regressão. 5.3.5 Proporcionalidade. 5.3.6 Reajustamento. 5.4 Arrecadação e recolhimento das contribuições destinadas à seguridade social. 5.4.1 Competência do INSS e da Secretaria da Receita Federal do Brasil. 5.4.2 Obrigações da empresa e demais contribuintes. 5.4.3 Prazo de recolhimento. 5.4.4 Recolhimento fora do prazo: juros, multa e atualização monetária. 6 Decadência e prescrição. 7 Crimes contra a seguridade social. 8 Infrações à legislação previdenciária. 9 Recurso das decisões administrativas. 10 Plano de Benefícios da Previdência Social: beneficiários, espécies de prestações, benefícios, disposições gerais e específicas, períodos de carência, salário-de-benefício, renda mensal do benefício, reajustamento do valor dos benefícios. 11 Manutenção, perda e restabelecimento da qualidade de segurado. 12 Lei n.º 8.212, de 24/07/1991 e alterações posteriores. 13 Lei n.º 8.213, de 24/07/1991 e alterações posteriores. 14 Decreto n.º 3.048, de 06/05/1999 e alterações posteriores. 15 Instrução Normativa INSS/PRES n.º 20, de 10/10/2007 e suas alterações.

## **DECLARAÇÃO**

Eu, Vanisa Durand Conçalves, acadêmico devidamente matriculado no 10º período do Curso de Direito da Universidade Federal de Rondônia – *campus* de Cacoal – declaro para todos os fins de direito que o trabalho



monográfico intitulado: Noções de Direito Constitucional de 6ª a 9ª série do Ensino Fundamental: Uma questão de cidadania, foi por mim desenvolvido.

Pimenta Bueno-RO, 04 de março de 2008. .

**Vanisa Durand Gonçalves**

### **DECLARAÇÃO**

Eu, VANISA DURAND GONÇALVES, brasileira, solteira, maior, professora Licenciada em LETRAS - Língua Portuguesa e Literaturas pela União das Escolas Superiores de Cacoal/RO - UNESC, portadora do RG 573.847 SSP/RO, CPF 701150442-72, declaro para os devidos fins que, por ser legalmente

habilitada, efetuei a verificação ortográfica deste Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, com o título Noções de Direito Constitucional de 6ª a 9ª série do Ensino Fundamental: Uma questão de cidadania.

Pimenta Bueno-RO, 04 de março de 2008. .

**Vanisa Durand Gonçalves**